

Expor por Acervos

Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo IV – Modos de expor

Carolina Pescatori Candido da Silva

Profa. Dra. FAU-UnB
pescatori@unb.br

Virginia Manfrinato

Arq. Ms.
viriniamanfrinato@gmail.com

Ricardo Trevisan

Prof. Dr. FAU-UnB
trevisan@unb.br

Acervos e arquivos enquanto política (ou as políticas do arquivo): *arquivizar* o Acervo Abelardo Coimbra Bueno

A consolidação de um arquivo ou um acervo¹ é também o reconhecimento coletivo do valor dos documentos que são ali depositados. Contudo, deve-se questionar sua representatividade diante de uma coletividade maior e ampla. Mais do que isso, deve-se questionar se um acervo pode de fato representar uma coletividade diversa, que ocupa espaços sociais e políticos desigualmente constituídos. Essa iniquidade de poder na construção social e no reconhecimento coletivo, portanto, é a base para o questionamento do valor dos documentos que são arquivados.

É impossível imaginar que um acervo contenha documentos que permitam a construção de narrativas universais; ou melhor, é necessário imaginar que os documentos contidos em acervos e arquivos precisam ser contextualizados e questionados, principalmente diante da perspectiva de que a História tem um sentido político de reconhecimento das narrativas dos vencidos. E geralmente não são os vencidos que têm os seus documentos e os seus valores arquivados em acervos e segurados para o futuro. Ademais, quem decide o que arquivar? Quem decide o que tem valor histórico e merece o esforço coletivo da conservação?

¹ Algumas definições terminológicas: um *arquivo* tem como função principal armazenar documentos recebidos e/ou adquiridos e tornar disponível as informações contidas no acervo documental; o *acervo* trata de patrimônio adquirido por compra, herança ou doação em vida; o *espólio* é o patrimônio ou conjunto de bens deixado por pessoa falecida; a *coleção* é um conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente; o *fundo* é um conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou de suas atividades; um *centro de documentação* é a somatória das atividades presentes em um arquivo, em uma biblioteca (órgãos colecionadores de um acervo, geralmente livros e similares) e em um museu (coleção de objetos educativos).

Essa capacidade não está equitativamente distribuída na sociedade e nos diversos grupos, especialmente para aqueles mais vulneráveis à violência estatal e paraestatal, atravessados por múltiplas dimensões de subalternização. Eric Ketelaar (2001) nomeou esse processo de reconhecimento do valor de um documento com o neologismo “*archivalization*” – aqui traduzido livremente por arquivização. Segundo o professor e arquivista holandês,

A arquivização vai além da captura, ela inclui a fase criativa antes da captura. Antes da arquivização, entretanto, há outro “momento da verdade”. É a arquivização, um neologismo que inventei, que significa a escolha consciente ou inconsciente (determinada por fatores sociais e culturais) de considerar algo digno de ser arquivado. A Arquivização precede o arquivamento. O holofote da arquivização precisa varrer o mundo para que algo se ilumine no sentido arquivístico, antes de procedermos ao registro, à gravação, à inscrição, enfim, antes de arquivarmos. (Ketelaar, 2001, p. 133; tradução livre dos autores).²

Para Ketelaar (2001), compreender o processo de *arquivizar* implica em compreender “as narrativas tácitas dos arquivos”. Diante disto, pode-se reformular a questão: enfim, quem tem o poder para decidir o que *arquivizar*? Afinal, como Ketelaar afirma com clareza categórica, esse poder está na mão do arquivista, aquele que decidirá o que será preservado no “pedestal” do arquivo; decisão essa influenciada pelo “contexto social, cultural, político, econômico e religioso que determina as narrativas tácitas de um arquivo” (Ketelaar, 2001, p. 136). Permite-se ainda acrescentar que tanto gênero como raça certamente entram como determinantes dessas decisões. Assim, o que está em disputa é, efetivamente, o direito à memória e à participação na construção da História.

Para Jamila Ghaddar e Michelle Caswell (2019), a constituição do arquivo é um poder, baseado na decisão discricionária daquilo que tem valor cultural e, de extrema importância, aquilo que merece ser pesquisado, digno de interesse acadêmico e histórico e que pode vir a fazer parte do conhecimento histórico e da própria historiografia (Ghaddar & Caswell, 2019, p. 76). Em acréscimo, Jeannette Bastian (2006), ao problematizar os arquivos coloniais, usa o termo “*non-record producing majorities*” (maioria não-produtora de arquivos) para se referir às populações desprovidas do poder de arquivar – ou, no neologismo de Ketelaar (2001), de *arquivizar*. Bastian (2006), ao problematizar tal enfrentamento, questiona se seria realmente possível descolonizar os arquivos e como isso se daria efetivamente, reforçando o papel do arquivista nesse processo:

Será que é realmente possível descolonizar os arquivos? É possível deixar de lado uma tradição arquivística ou a sociedade descolonizada bem-sucedida reformula os arquivos, vira a tradição do avesso, exige que a tradição colonial dê lugar às expressões culturais e aos registros exclusivos da sociedade descolonizada?

² “*Archivization extends beyond capture, it includes the creative phase before capture. Before archivization, however, is another ‘moment of truth’. It is archivalization, a neologism which I invented, meaning the conscious or unconscious choice (determined by social and cultural factors) to consider something worth archiving. Archivalization precedes archiving. The searchlight of archivalization has to sweep the world for something to light up in the archival sense, before we proceed to register, to record, to inscribe it, in short before we archive it.*” (destaque do original).

A reformulação e a reinterpretação dos processos arquivísticos, o reaproveitamento dos registros do opressor para beneficiar o oprimido, o reconhecimento e a legitimação de formas alternativas de registros - tudo isso está dentro do alcance do arquivista. (Bastian, 2019, p. 2; tradução livre dos autores).³

No entanto, a proposta de Bastian (2006) para uma descolonização do arquivo baseada na “proveniência” e no entendimento do arquivo enquanto uma “comunidade” tende à insuficiência dos processos de incorporação cultural, que não alcançam a necessária transformação das subjetividades e práticas políticas de construção de narrativas – históricas, no nosso caso. Como advertem Ghaddar e Caswell (2019, p. 72), para desenvolver uma prática arquivística decolonial, é preciso construí-la para além da compreensão liberal baseada apenas em “inclusão, representação e reconhecimento”. Elas propõem repensar radicalmente essa tradição liberal, caminhando para teorias e práticas críticas que realmente se comprometam com a transformação social para além da acomodação e da incorporação das questões subalternizadas. As autoras nos convidam a compreender essa radicalidade como a base da construção de outros arquivos e, certamente, de uma nova história, parte de uma práxis de decolonialização.

Neste sentido, o termo *radical* designa uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender os fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos em sua raiz estrutural. Tal perspectiva implica um posicionamento crítico e reflexivo acerca das pressuposições epistemológicas e das localizações sociais daqueles que produzem e difundem o conhecimento. Compromete-se, ainda, com a desconstrução de sistemas e estruturas de opressão e dominação. Trata-se, portanto, de uma orientação voltada para a transformação social e para a construção de futuros alternativos, ao passo que propõe novas formas de pensar as práticas arquivísticas e de imaginar os mundos que merecem ser registrados e preservados (Ghaddar & Caswell, 2019).

Ambas as autoras reconhecem que os arquivos, por seu papel institucional e socialmente legitimado como *guardiões da verdade*, são instrumentos de produção e reprodução do colonialismo e do imperialismo contemporâneos. Contudo, apontam que tais repositórios, a partir da chamada virada arquivística, iniciada em meados do século XX e ainda em expansão no meio acadêmico, consolidaram um campo de investigação multidisciplinar que analisa os acervos e coleções sob múltiplas perspectivas. Eles são compreendidos tanto como pilares da memória e fontes fundamentais para a escrita da História, quanto como espaços de classificação, organização e padronização do saber. Além disso, enquanto instituições que projetam sua influência para além de seus limites físicos, os arquivos têm sido interpretados

³ “Is it ever really possible to decolonize the archives? Is it possible to set aside an archival tradition, or does the successful decolonized society re-craft the archives, turn the tradition inside out, demand that colonial tradition give way to the cultural expressions and unique records of the decolonized society? Re-crafting and re-interpreting archival processes, re-purposing the records of the oppressor to benefit the oppressed, recognizing and legitimating alternate forms of records - all lie within the purview of the archivist.”

tanto como tecnologias centrais nos projetos de poder imperial e estatal, como canais potencializadores de reescrita da História.

Em particular, o Acervo Abelardo Coimbra Bueno, em domínio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília desde 2020, num primeiro olhar, aproxima-se desta narrativa colonizadora, sobretudo quando a empresa Coimbra Bueno e Cia. Ltda. lança empreitada junto à “Marcha para o Oeste” (1938), durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Porém, após contato sobre a massa documental deste acervo, impôs-se um compromisso ético e historiográfico de trabalhá-lo “a contrapelo”, deslocando as personagens principais, os irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno,⁴ do protagonismo historicamente posto, para narrar outros meandros presentes na trajetória da empresa, outras personagens, narradas a partir de novas perspectivas.

O recebimento do espólio de Abelardo Coimbra Bueno gerou uma grande movimentação institucional, culminando na criação de projetos de pesquisa, de extensão e do LUPA – Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo. Um dos principais desdobramentos desses projetos foi a exposição “Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes” (Figura 1), realizada entre abril e julho de 2024, na Galeria Christina Jucá da FAU-UnB, em parceria com a FAUUSP, como parte do “II Seminário Topos - Acervos e Arquivos de Urbanismo: Saberes, Manejos e Feitos” – ver publicação *Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo* (Trevisan *et al.*, 2025).

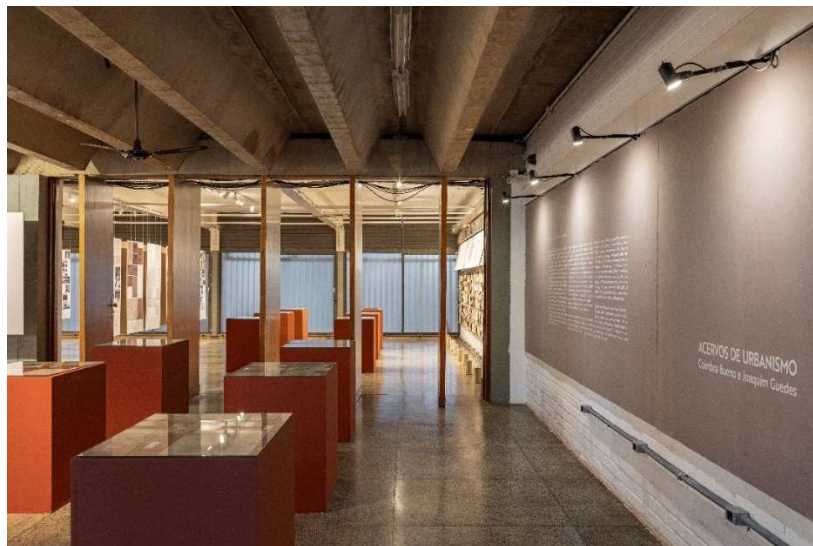


Figura 1. Exposição “Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes”, realizada entre abril e julho de 2024 na FAU-UnB. Foto: Joana França, 2024.

⁴ Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996) e Abelardo Coimbra Bueno (1911-2003), engenheiros formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundaram na década de 1930 a empresa urbanizadora Coimbra e Bueno Cia. Ltda., que desempenhou papel crucial no desenvolvimento urbano do Brasil Central. A empresa foi responsável pela construção de Goiânia, nova capital de Goiás (1933-1942), e por outros projetos urbanísticos em mais de 20 cidades brasileiras. Os irmãos, que tinham forte atuação política e lideraram esforços para a transferência da capital nacional para o interior, criando a Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil, em 1939, para apoiar a mudança para Brasília. A Coimbra Bueno se destacou tanto pela execução de obras importantes quanto pelo planejamento urbano em diversas regiões do país.

Como um “modo de expor”, este texto busca problematizar essa experiência, revelando que, para além de uma exposição, a troca acadêmico-científica-extensionista deste projeto colocou em prática a ação de *arquivizar* tal acervo e, de quebra, ao ser aqui compartilhada, pode incentivar interessados e entusiastas a mergulhar no universo de acervos e arquivos e descobrir um campo muito mais amplo e fértil do que apenas a tradicional relação pesquisador/fonte primária. A experiência de curadoria dessa exposição operou, para além do seu resultado final, como um impulsionador na organização do acervo e da pesquisa histórica a ele relacionada. Além do propósito expositivo, a ação acelerou a compreensão da documentação ora abrigada, da trajetória profissional das personagens envolvidas, os irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno, e da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda., das frentes de atuação identificadas, além de abrir novas interpretações sobre questões de pesquisa não aventadas previamente, como apresentado nas próximas páginas. Mas antes, qual a importância em se preservar e expor acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo?

A preservação e exposição de acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo: relevância contemporânea

A preservação de acervos e a criação de arquivos de Arquitetura e Urbanismo – compostos por desenhos, plantas, maquetes, fotografias, correspondências, memoriais, documentos técnicos e registros audiovisuais – constituem práticas fundamentais para a conservação da memória da produção arquitetônica e urbanística de um povo, bem como para garantia do patrimônio edificado e preservação de cidades para gerações futuras. A existência de acervos e arquivos deste campo é uma ação afirmativa que destaca e reflete a importância da documentação arquitetônica e urbanística como instrumento de crítica e continuidade histórica. No Brasil, o processo de institucionalização da preservação arquitetônica se consolidou ao longo do século XX, com a criação de instituições como o IPHAN (1937), e o surgimento de arquivos e centros de documentação dedicados à arquitetura e ao urbanismo, vinculados a universidades, museus e prefeituras. Tais iniciativas têm buscado não apenas salvaguardar os documentos físicos, mas também ampliar o acesso por meio da digitalização e da curadoria de exposições públicas.

A exposição desses acervos e arquivos assume papel estratégico na mediação entre a arquitetura e a sociedade. Ao tornar visível o processo projetual e os contextos históricos, políticos e culturais em que as obras foram concebidas, essas exposições contribuem para a educação patrimonial, a formação crítica de profissionais e o engajamento do público com as questões espaciais que afetam seu cotidiano. Além disso, em um momento de transformações aceleradas nos centros urbanos, a preservação e difusão de acervos arquitetônicos se colocam como ferramentas essenciais para a reflexão sobre os rumos do ambiente construído. Preservar e expor acervos de arquitetura e urbanismo, portanto, não se restringem à conservação material, mas constituem um campo ativo de produção de conhecimento,

memória e cidadania, conectando passado, presente e futuro da prática arquitetônica e urbanística.

Operacionalmente, transformar acervos de Arquitetura e Urbanismo em exposições é um processo complexo e multidisciplinar que envolve não apenas a curadoria dos conteúdos, mas também o domínio de estratégias de mediação espacial e visual. As especificidades da Arquitetura e do Urbanismo – uma arte que se manifesta no espaço construído, mas que é documentada por meios técnicos e gráficos – exigem soluções expositivas que articulem o rigor documental à experiência sensorial, oferecendo ao público múltiplas formas de acesso à informação.

A diversidade de mídias presentes nos acervos, como: desenhos técnicos, croquis, fotografias, maquetes físicas e digitais, vídeos, cartas, portfólios, diários de obra, e até *softwares* de modelagem e simulações, implica o uso de variados suportes expositivos. Entre os principais elementos pode-se imaginar painéis gráficos com textos curatoriais e imagens, vitrines para documentos sensíveis, projeções audiovisuais imersivas, instalações interativas, além das tradicionais maquetes, que muitas vezes ganham protagonismo como síntese tridimensional do projeto arquitetônico ou urbanístico.

A cenografia e a programação visual têm papel essencial nesse tipo de exposição. O uso de cores é geralmente estudado com base em critérios temáticos ou simbólicos, servindo para organizar o conteúdo e guiar a leitura espacial da mostra. A tipografia e o *design* gráfico devem dialogar com o conteúdo técnico sem perder a legibilidade para o público amplo. A iluminação, por sua vez, precisa equilibrar a valorização estética dos objetos e documentos com sua preservação física, especialmente quando utilizado a massa documental de acervos históricos, com materiais sensíveis à luz, temperatura e umidade.

A complexidade das exposições de Arquitetura e Urbanismo também envolve a criação de experiências que evoquem o espaço construído de forma indireta, algo possível por meio de percursos curatoriais imersivos, instalações sensoriais ou reconstituições simbólicas de ambientes. Nesse contexto, a expografia assume um papel projetual, no qual curadoria e arquitetura se entrelaçam.

Esse potencial interdisciplinar tem ganhado reconhecimento internacional, como demonstrado nas últimas edições da Bienal de Arquitetura de Veneza – evento global mais importante da área. Em 2023, o Brasil foi laureado com o Leão de Ouro de Melhor Participação Nacional pela exposição “Terra”, que apresentou uma abordagem sensível e crítica sobre a relação entre território, ancestralidade, práticas comunitárias e justiça climática. A proposta destacou a força da arquitetura como ferramenta de transformação social, rompendo com narrativas eurocentradas e celebrando saberes indígenas, quilombolas e populares. A abordagem expográfica foi leve, sensível e profundamente simbólica, com destaque para o uso do solo como matéria expositiva – em alusão à terra como espaço de disputa, memória e regeneração.

Nesse cenário contemporâneo, a exposição de acervos arquitetônicos e urbanísticos deixa de ser apenas uma vitrine de documentos e passa a se configurar como espaço de debate, provocação e reinvenção do próprio fazer arquitetônico. Ela atua como ponte entre a prática e o público, entre o passado arquivado e o futuro projetado.

Modos de expor... o Acervo Abelardo Coimbra Bueno

A exposição “Acervos de Urbanismo” teve como objetivo principal divulgar um panorama do Acervo Abelardo Coimbra Bueno (FAU-UnB) e do Acervo Joaquim Guedes (FAUUSP) para a comunidade especializada e para o público em geral, funcionando como uma ação de extensão universitária. Além disso, buscou mostrar o processo de organização dos acervos e o longo trabalho da equipe de pesquisadores; sensibilizar sobre a importância dos arquivos históricos de Urbanismo e a necessidade de financiamento e apoio institucional para a recepção, organização e manutenção desses acervos na FAU-UnB; oferecer acesso a materiais de grande valor histórico e cultural; e estimular o interesse pela pesquisa em história da cidade e do urbanismo por meio de fontes primárias salvaguardadas em arquivos históricos.

Diante desses objetivos, compreendeu-se que a exposição se caracterizava prioritariamente como uma exposição temática (Gordon, 1994), voltada para a difusão dos documentos de ambos os acervos. Contudo, ela também assumiu uma função secundária de exposição funcional, ao evidenciar os significativos esforços de pesquisa e organização de arquivos realizados pelo LUPA/FAU-UnB, contribuindo assim para que a comunidade interna e externa desta Faculdade conhecesse e iniciasse um processo de valorização da salvaguarda de acervos de arquitetura e urbanismo.

A parceria entre a FAU-UnB e a FAUUSP se deu como desdobramento de colaborações investigativas em curso. No entanto, foi um grande desafio criar uma exposição coerente baseada em personagens com trajetórias profissionais tão diversas e temporalidades distintas quanto os engenheiros Coimbra Bueno e o arquiteto Joaquim Guedes (1932-2008). As condições materiais, institucionais e de infraestrutura dos dois acervos também se distinguem em termos de conteúdos, organização, operacionalidade, condições de manutenção e acesso.

O Acervo Abelardo Coimbra Bueno havia chegado há 4 anos na FAU-UnB, a qual não possuía um laboratório ou centro de documentação preparado para acolher acervos. Já a FAUUSP possui uma estrutura amplamente consolidada para manutenção de acervos, além de equipe especializada, materiais e instalações adequadas na Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca. Para contornar esses desafios e diferenças, a estratégia curatorial foi focar no tema que poderia estabelecer diálogos entre os acervos, qual seja, o Urbanismo, destacando os projetos, planos e ações na escala da cidade que os profissionais desenvolveram. Outra estratégia importante foi utilizar linhas do tempo apresentando as trajetórias dos Coimbra Bueno e de Guedes como base para a exposição, permitindo que o

público reconhecesse rupturas, transições e, principalmente, as diferenças entre as visões de mundo e os projetos de ambos.

Especificamente sobre o Acervo Abelardo Coimbra Bueno, o maior desafio da curadoria foi trabalhar em um espólio sem organização preliminar e com documentos não indexados. A despeito disso, o trabalho somente foi possível porque os curadores também atuaram na triagem e organização dos documentos, bem como no arranjo do acervo, chegando-se preliminarmente a 5 coleções: 1) Escritório; 2) Fundação Coimbra Bueno; 3) Goiânia; 4) Cidades novas, projetos urbanísticos e arquitetônicos; e 5) Fazendas e outras atividades. Ademais, a organização da exposição concentrou-se nas quatro primeiras coleções, entendidas como de maior interesse educativo para o público-alvo, enquanto a função institucional da exposição foi abrigada em um módulo expositivo à parte, com o processo de organização do Acervo e todas as etapas do trabalho.

A curadoria concebeu a exposição a partir de algumas premissas fundamentais. Primeiro, os documentos foram apresentados com ênfase em dados contextuais e na relação temporal com a trajetória da empresa Coimbra Bueno (Figura 2), incluindo interpretações sintéticas conforme necessário, mas privilegiando a abertura para interpretações dos visitantes (Allyn *et al.*, 1987; Gordon, 1994). Segundo, devido aos recursos limitados, optou-se por dispositivos e suportes expositivos de baixo custo, aproveitando o mobiliário já existente na FAU-UnB e na Galeria Christina Jucá (Figura 3). Terceiro, a curadoria priorizou documentos iconográficos, mais atrativos para o público-alvo (Figuras 4, 5 e 6). Por fim, considerou-se a possibilidade de itinerância, adotando materiais, painéis e elementos expositivos reutilizáveis e de fácil transporte (Figura 7).⁵



Figura 2. Processo de curadoria: seleção de temas e imagens de cada painel. Foto: LUPA, 2024.

⁵ Nova edição da exposição “Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes” ocorreu na cidade de Goiânia, com apoio da PUC-GO e do CAU/GO, entre agosto e outubro de 2025.



Figura 3. Suportes existentes na FAU-UnB, utilizados pela curadoria. Foto: Joana França, 2024.



Figuras 4, 5 e 6. Distintos modos de apresentação do material selecionado. Foto: Joana França, 2024.

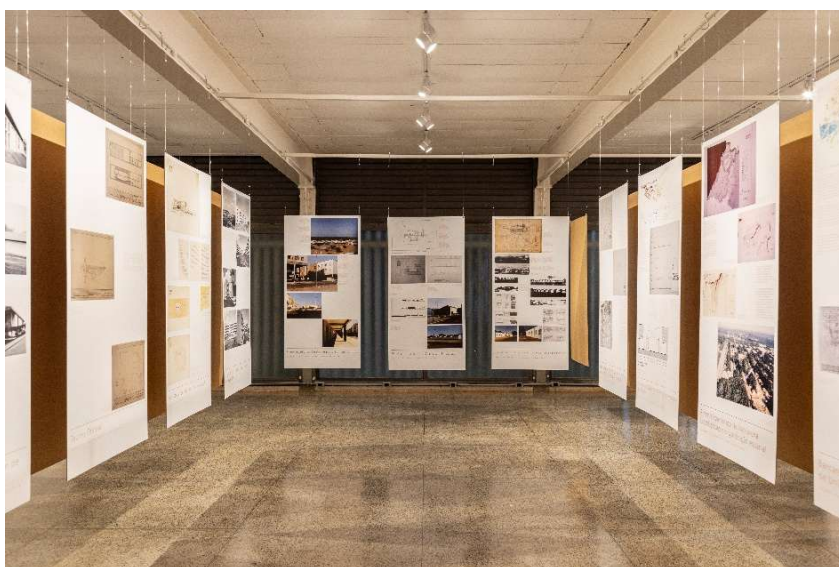


Figura 7. Painéis em MDF, suspensos por fios de *nylon*: leveza e facilidade no manuseio e transporte. Foto: Joana França, 2024.

A exposição foi realizada na Galeria Christina Jucá, localizada na entrada da FAU-UnB, em posição privilegiada junto ao Instituto Central de Ciências (ICC), edifício icônico da UnB, projetado por Oscar Niemeyer com colaboração de João Filgueiras Lima, o Lelé. A galeria, composta por duas salas (Figura 8), é altamente visível e acessível, o que potencializou sua atratividade. Esse espaço se configura como “arquitetura residente”, sobre o qual se sobrepõe a “arquitetura visitante” da expografia (Manfrinato, 2022, p. 33). A galeria possui dois acessos: um pela entrada do ICC, que leva diretamente à Sala 1, e outro pela FAU-UnB, conectando-se à Sala 2. O fluxo principal de visitantes se deu pela entrada do ICC. Ao adentrar a Sala 1, o visitante se deparava com painéis fixos integrados à arquitetura residente, que receberam tons de cinza para setorizar discretamente os temas tratados. Logo à direita da entrada, encontrava-se o painel com o título da exposição e os textos curatoriais. Outros painéis fixos apresentavam a ficha técnica e o histórico da curadoria, a biografia dos irmãos Coimbra Bueno e a biografia de Joaquim Guedes.

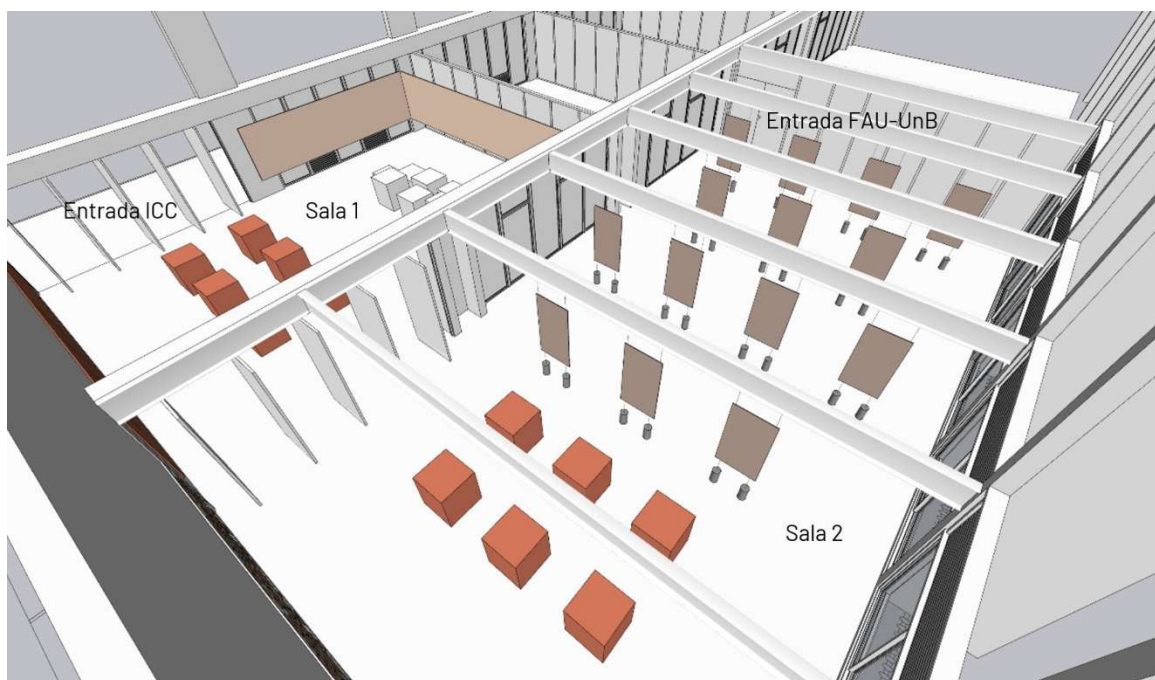


Figura 8. Projeto expográfico na Galeria Christina Jucá (FAU-UnB). Fonte: LUPA, 2024.

Para dar coerência visual à exposição, foi desenvolvido um modelo de painel expositivo e respectiva diagramação, utilizado para acondicionar a maior parte de materiais de ambos os acervos numa mesma linguagem. Assim, o painel expositivo se tornou um elemento comum de diálogo entre as duas equipes curatoriais. A linha do tempo (Figura 9) ganhou ainda mais importância para o reconhecimento das relações interdocumentais, permitindo perceber articulações entre diferentes projetos, profissionais nacionais e estrangeiros, atuações políticas, eventos biográficos, concentrações temporais e geográficas de tipos de trabalhos, períodos de maior e menor atuação e relevância da atuação política de Jerônimo (como governador e senador) e Abelardo (como presidente da Fundação Coimbra Bueno).

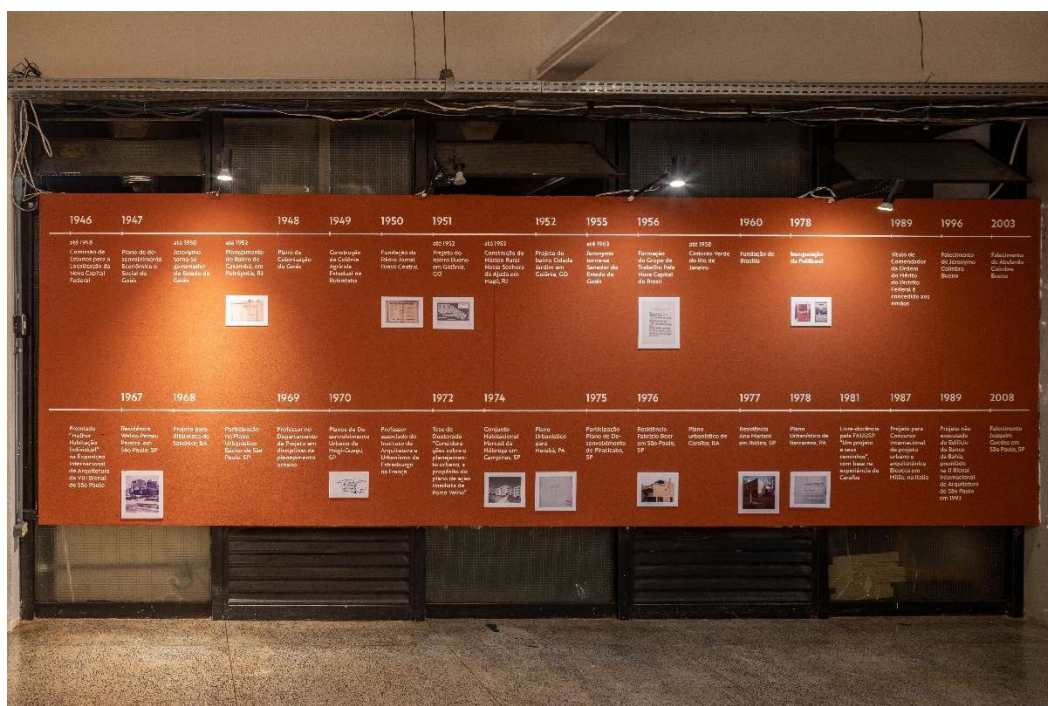


Figura 9. Parte do painel “Linha do Tempo” dos irmãos Coimbra (acima) e Joaquim Guedes (abaixo).
Foto: Joana França, 2024.

A exposição contou com duas áreas de vídeo (Sala 1), organizadas por seções temáticas. Uma televisão fixada em uma das paredes exibia *slides* com fotos do processo de organização do acervo, acompanhadas de breves explicações sobre as atividades representadas, além de um vídeo produzido pela Biblioteca da FAUUSP sobre a conservação de documentos. Essa apresentação visava sensibilizar o público quanto à complexidade do processo de organização e à importância do apoio institucional. A outra, uma projeção no piso, realizada por um projetor fixado no teto, exibia uma seleção de fotografias do Acervo Abelardo Coimbra Bueno, com imagens ligadas ao fazer urbano e à construção de cidades e edifícios. As imagens retratavam trabalhadores nas obras de Goiânia, visitas ao território da nova capital, entre outros registros históricos. A opção por suportes variados e posições não convencionais buscou promover movimentos diversificados dos corpos dos visitantes no espaço.

Na Sala 2 (grande galeria), utilizou-se um painel de grade metálica para expor centenas de fichas cadastrais de trabalhadores da Coimbra Bueno, transformando o suporte em uma textura visual que inspirou a paleta cromática da mostra (ver Figuras 12 e 13). A maior parte do acervo foi disposta em painéis rígidos (0,75 x 1,50 m), confeccionados em MDF de 3 mm. com impressão em adesivo, pendurados por fios de *nylon* transparente fixados na laje da galeria. Essa solução já era utilizada em outras exposições da galeria, com resultados positivos. Alternativamente, o visitante que iniciasse a visita pela Sala 2, via FAU-UnB (Figura 10), encontraria inicialmente uma linha do tempo com informações biográficas e históricas sobre a FCB: projetos relevantes, documentos importantes e marcos institucionais. Para quem seguia o percurso tradicional, essa linha do tempo funcionava como síntese e encerramento da exposição.



Figura 10. Acesso pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com painel “Linha do Tempo” à esquerda.
Foto: Joana França, 2024.

Em perspectiva, a feitura da expografia e da montagem da exposição, com envolvimento de docentes e discentes de graduação e pós-graduação, fomentou o repertório técnico daqueles envolvidos (Figura 11). Assim, a curadoria transpassou sua missão central, impulsionando a apreensão e ampliando saberes das pesquisas ancoradas no Acervo. De modo impactante, em um tempo exíguo, exigiu da equipe uma imersão coletiva nos documentos, acelerando o processo de compreensão do Acervo e abrindo novas questões e nuances de pesquisas que não haviam sido mapeadas antes de “Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes”.



Figura 11. Montagem da exposição por discentes e docentes do LUPA/FAU-UnB. Foto: LUPA, 2024.

Descolonizar Acervos: o painel das Trabalhadoras e Trabalhadores da Coimbra Bueno e Cia. Ltda. e algumas palavras finais

O Painel “Trabalhadoras e Trabalhadores” (Figuras 12 e 13) surgiu a partir das fichas funcionais encontradas no Acervo Abelardo Coimbra Bueno, na coleção dedicada à empresa. Ao trazer à luz os nomes, datas de nascimento e cargos ocupados por estas personagens, reposicionou-se o entendimento sobre os atores envolvidos nos 80 anos de existência da Coimbra Bueno e, portanto, iniciou-se um processo de descolonizar a áurea mítica atrelada aos engenheiros e suas obras. Muitas vezes apagados por narrativas hegemônicas, ao retirar estes operários do anonimato garantiu-se sua presença efetiva na história da empresa. São 949 registros trabalhistas encontrados que, além dos dados já mencionados, trazem a cidade natal, filiação, endereço de moradia e, em grande parte, uma foto 3x4.

São 900 e tantos rostos, dos quais destacam-se apenas 26 mulheres. Destas, apenas uma mulher, Giselda Carlos Godinho, ocupava cargo de engenheira-arquiteta. Gênero à parte, outra constatação feita é relacionada à raça. Muitos dos cargos de maior hierarquia como engenheiros, desenhistas e projetistas foram ocupados por homens brancos, sendo vários estrangeiros. Já a maioria de serventes e pedreiros eram negros, com sobrenomes aportuguesados. Encontrou-se, ainda, vários meninos menores de 18 anos, cuja vida laboral foi assumida ainda na adolescência. As fichas foram expostas a fim de compartilhar com o público visitante as trabalhadoras e os trabalhadores da Coimbra Bueno, não mais invisibilizados.



Figura 12. Painel “Trabalhadoras e Trabalhadores”, em destaque na exposição. Foto: Joana França, 2024.



Figura 13. Detalhe das fichas de empregados da Coimbra Bueno e Cia. Ltda. Foto: Joana França, 2024.

De modo geral, os excertos aqui colocados ressaltam que a constituição de acervos e arquivos não é um processo neutro, mas intrinsecamente político, refletindo e, por vezes, perpetuando as desigualdades de poder existentes na sociedade. A decisão sobre o *arquivizar* é uma escolha consciente ou inconsciente, determinada por fatores sociais e culturais, e está frequentemente nas mãos de quem detém o poder de decidir o que tem valor histórico e cultural. Essa capacidade de arquivizar não é equitativamente distribuída, excluindo frequentemente as “maiorias não-produtoras de arquivos” e as narrativas dos “vencidos”. Os arquivos são reconhecidos, nesse sentido, não apenas como guardiões da memória, mas também como instrumentos centrais na produção e reprodução do colonialismo e do poder estatal.

Diante dessa realidade, a ideia de descolonizar os arquivos emerge como um desafio crucial, propondo ir além da simples inclusão ou representação liberal. Assim, uma prática arquivística decolonial exige uma abordagem radical, comprometida com a transformação social e a desconstrução de estruturas de opressão, buscando compreender os fenômenos sociais em sua raiz estrutural, como feito pelos curadores na exposição “Acervos de Urbanismo” e o painel “Trabalhadoras e Trabalhadores”. Não somente nesta parte, mas tal exposição tangibiliza muitos desses conceitos, demonstrando ser mais do que uma simples mostra de documentos; ela se configurou como uma ação de *arquivizar* e, notavelmente, de descolonizar o acervo.

Portanto, a preservação e, sobretudo, a exposição por acervos de Arquitetura e Urbanismo – valendo-se de diversas mídias e estratégias expositivas, as quais articulam rigor documental e experiência sensorial – mostram-se fundamentais não só para a conservação da memória e do patrimônio cultural, mas também como campo ativo de produção de conhecimento crítico, memória e cidadania. A experiência narrada demonstra que, ao abordar os acervos e arquivos com uma perspectiva crítica e engajada na transformação social, é possível ressignificar as narrativas históricas e utilizar esses espaços e processos como ferramentas de aprendizagem e instrumentos para questionar o passado arquivado e projetar futuros alternativos.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal que financiou a pesquisa “Acervo Coimbra Bueno & Brasília: Documentação e Promoção”, e ao CNPq, pelas bolsas de produtividade em pesquisa nos projetos: “Fundação Coimbra Bueno e o Brasil Central: histórias potenciais a partir de um acervo” (Carolina Pescatori, n°. processo: 315368/2023-3) e “Coimbra Bueno e Cia. Ltda.: Construtora de Cidades” (Ricardo Trevisan, n°. processo: 305179/2023-3).

Referências

- Bastian, Jeannette A. Epilogue. On Augusta's porch; a meditation on decolonizing the archive. *Archival Science*, v. 19, p. 205-207, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09310-2>
- Bastian, Jeannette A. Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. *Archival Science*, v. 6, p. 267-284, 2006. <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9019-1>
- Ghaddar, Jamila J., Caswell, Michelle. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. *Arch Sci*, v. 19, p. 71-85, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09311-1>
- Gordon, H. M. *Archival exhibitions: Purposes and principles* (Mestrado) – University of British Columbia, Vancouver, 1994.
- Ketelaar, Eric. Tacit narratives: The meanings of archives. *Archival Science*, v. 1, p. 131-141, 2001. <https://doi.org/10.1007/BF02435644>
- Manfrinato, Virginia. *Transborda Brasília: expografia e arquitetura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- Pescatori, Carolina.; Trevisan, Ricardo. Coimbra Bueno e Cia. Ltda.: nebulosas de um acervo em construção. *REDOBRA*, v. 17, p. 163-183, 2023.
- Trevisan, Ricardo *et al.* *Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: Universidade de Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2025.